

## ÉTICA NA POLÍTICA

Pesquisa aponta que população rejeita mudança na lei criada, por meio de um projeto de iniciativa popular, para moralizar a política eleitoral no país. Sobre a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro, os entrevistados se dividem

# Brasileiro não quer mudar Ficha Limpa

» VICTOR CORREIA

Pesquisa AtlasIntel, divulgada ontem, mostra que a grande maioria da população rejeita que haja mudanças na Lei da Ficha Limpa, como defende a oposição no Congresso Nacional. De acordo com o levantamento, 83% rejeitam que haja uma redução no prazo de inelegibilidade, atualmente de oito anos, para políticos que sejam condenados por crime. Apenas 14% apoiam a mudança.

Projeto de autoria do deputado federal Bibio Nunes (PL-RS) é uma das prioridades para a oposição neste ano e propõe reduzir o prazo para dois anos — o que beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados.

Por outro lado, a pesquisa mostra também que há divergência sobre a proposta de anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de Janeiro, também prioridade entre bolsonaristas. Dos participantes, 51% apoiam a anistia, e 49% a rejeitam, considerado empate técnico, dentro da margem de erro de três pontos percentuais do levantamento. O estudo foi feito para a CNN, e ouviu 817 pessoas entre os dias 11 e 13 de fevereiro, com confiança de 95%.



**Não é por tempo de ficar inelegível que se pune um político criminoso. Oito anos é muito tempo e serve para punições políticas e não criminosas"**

**Bibio Nunes (PL-RS),**  
deputado federal

Segundo a pesquisa AtlasIntel, 58% dos eleitores de Bolsonaro no segundo turno de 2022 são contra as mudanças na Ficha Limpa, enquanto 34% as apoiam. Já entre os eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 100% rejeitam a proposta. No caso da anistia, porém, 99% dos que votaram em Bolsonaro a apoiam, contra 96% dos eleitores da Lula que a rejeitam.

Aliados de Bolsonaro defendem projetos que possam livrar o ex-presidente das decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

que o tornaram inelegível por oito anos. Ele foi condenado por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação por dois episódios: uma reunião com embaixadores estrangeiros convocada para pôr em dúvida as urnas eletrônicas; e a celebração de 7 de setembro de 2022, a poucas semanas das eleições, que ele usou como palanque.

Além disso, há uma estratégia para blindar o ex-presidente das investigações sobre uma tentativa de golpe de Estado que teria sido articulada por Bolsonaro, militares e integrantes de seu governo, com o projeto para anistiar todos os envolvidos no 8 de Janeiro. Entre bolsonaristas, no entanto, a avaliação é de que essa medida não o beneficiaria e que a alteração da Ficha Limpa seria o melhor caminho para proteger Bolsonaro e deixá-lo concorrer novamente em 2026.

"Não é por tempo de ficar inelegível que se pune um político criminoso. Oito anos é muito tempo e serve para punições políticas e não criminosas", escreveu Bibio Nunes sobre o projeto em suas redes sociais. Em outra ocasião, ele destacou que o texto abre caminho para a candidatura de Bolsonaro nas

Flora Egécia/Divulgação



**De acordo com o levantamento, 83% rejeitam que haja uma redução no prazo de inelegibilidade**

próximas eleições. A proposta teve má repercussão, no entanto, por afrouxar a punição para políticos corruptos, e o PL estuda ajustar o texto.

A Lei da Ficha Limpa foi criada em 2010 e é considerada um avanço importante no combate à corrupção. Ela teve apoio do então deputado federal Jair Bolsonaro que, quando presidente, em 2019, também editou um decreto

aplicando os mesmos princípios da lei para a ocupação de cargos comissionados no poder público.

A pesquisa AtlasIntel também coletou opiniões sobre outros projetos em discussão no Congresso Nacional. Segundo o estudo, 97% dos brasileiros são contra o aumento no número de deputados federais, encampado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta

(Republicanos-PB), que quer alterar a quantidade de 513 para 527. A medida evitaria que alguns estados, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, perdessem vagas após correção determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na divisão de cadeiras por estado, após mudanças no número de habitantes demonstradas pelo Censo 2022.

## VOTAÇÕES

# Estratégia Nacional de Saúde na pauta

A Câmara dos Deputados poderá votar na próxima semana o projeto que cria a Estratégia Nacional de Saúde. A proposta é um dos itens da pauta do Plenário, a partir de amanhã.

A proposta está no Projeto de Lei 2583/20, do deputado Doutor Luizinho (PP-RJ), que fixa regras para estimular parcerias com empresas de desenvolvimento de dispositivos e insumos médico-hospitalares a serem fornecidos ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o substitutivo do relator, deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), as Empresas Estratégicas de Saúde (EES) terão preferência nas compras públicas em produtos e serviços previstos no Plano Estratégico em Saúde. Nos editais, deve estar previsto que essas empresas terão prioridade de contratação se seus preços forem até 20% maiores que o vencedor da licitação (se o vencedor não for uma EES).

No entanto, o poder público poderá realizar licitação exclusivamente para a participação desse tipo de empresa quando envolver fornecimento ou desenvolvimento de produtos estratégicos de saúde por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), na forma de regulamento.

### Crimes ambientais

Também está na pauta do Plenário o Projeto de Lei 3339/24, do deputado Gervásio Maia (PSB-PB), que aumenta as penas para crimes ambientais e proíbe aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o poder público ou receber subsídios.

Essa proibição será por cinco anos e envolve ainda subvenções ou doações recebíveis da administração pública. O texto conta com substitutivo preliminar do deputado Patrus Ananias

(PT-MG), que também inclui na lei, como agravante de todos os crimes tipificados, a consequência de dificultar a plena prestação de serviços públicos, a exemplo de queimadas cuja poluição impeça o trânsito em estradas ou o funcionamento de aeroportos.

Ao fixar a sentença condenatória, o juiz deverá considerar ainda os danos climáticos e aos serviços ecossistêmicos, bem como a vantagem econômica obtida pelo agente. Atualmente, a lei determina a análise dos prejuízos sofridos pelo ofendido e pelo meio ambiente na fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados.

### Conteúdo sexual e IA

A Câmara também pode votar nesta semana a proposta que inclui no Código Penal o crime de manipular, produzir ou divulgar conteúdo de nudez ou ato sexual falso gerado por tecnologia

de inteligência artificial.

Essa prática poderá ser punida com reclusão de 2 a 6 anos e multa se o fato não constituir crime mais grave. A pena será aumentada de 1/3 até a metade se a vítima for mulher.

O tema consta do Projeto de Lei 3821/24, de autoria da deputada Amanda Gentil (PP-MA), que conta com parecer preliminar da deputada Yandra Moura (União-SE).

### Pessoa com deficiência

Outro projeto pautado é o PL 3987/23, do deputado Duarte Jr. (PSB-MA), que proíbe o penhor de bens considerados indispensáveis para assegurar a dignidade de pessoa com deficiência.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) já aprovou o projeto na forma de substitutivo de autoria do deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA). Esse texto muda o Código de

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



**Doutor Luizinho (PP-RJ) é autor do projeto que cria a ENS**

Processo Civil e considera como bens enquadrados nesse caso o veículo, equipamentos e outros bens indispensáveis, inclusive,

quando registrados em nome do representante legal ou de membro da sua entidade familiar. (Agência Câmara)



**SÉRGIO ABRANCHES**

**ESSA TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO DE PARTE DO ORÇAMENTO PARA O LEGISLATIVO ESTÁ SOB JULGAMENTO NO STF. A PRESSÃO SOBRE O GOVERNO É PARA QUE ELE NÃO APOIE AS DECISÕES DO STF SOBRE TRANSPARÊNCIA E LIMITES À DISCRICIONARIEDADE DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS PELOS DEPUTADOS**

# Reforma ministerial é mais problema do que solução

A reforma ministerial volta a ser tema em Brasília, como meio para resolver as fragilidades políticas do governo. Não é só no PT que a falação sobre reforma dá problema e gera conflito. Nos partidos que aspiram ministérios, também. A roda de cadeiras de ministros raramente funcionou. Na atual conjuntura, nomear ministros de partidos que têm influência no bloco majoritário que domina a Câmara e o Senado garante menos apoio no Legislativo do que no passado. São partidos sem compromisso algum de lealdade, cujo voto é movido a emendas.

Como o Congresso controla a maior parte das emendas, não há incentivos legais e legítimos para que eles apoiem as propostas do governo. A demanda dos parlamentares nem é mais por emendas, é pelo controle sobre elas sem maiores interferências e avaliações. Essa transferência da execução de

parte do orçamento para o Legislativo está sob julgamento no Supremo Tribunal Federal. A pressão sobre o governo é para que ele não apoie as decisões do STF sobre transparência e limites à discricionariedade das alocações dos recursos pelos deputados.

As reclamações de excesso de ministérios para o PT e de desproporcionalidade entre os partidos da coalizão pressupõem que todos tenham grau de apoio ao governo similar. Mas isso não acontece. Os partidos do bloco da esquerda e o MDB, tradicional aliado, se alinham mais com as propostas do governo. Os partidos do Centrão, como União, Republicanos e PP, não dão nenhuma garantia firme de apoio. O PSD tem posição oscilante. No momento, está mais afastado do governo e mais próximo da ultradireita. Seu presidente, Gilberto Kassab, parece confuso sobre qual identidade quer para o partido, se de um partido equi-

librado de centro-direita, ocupando o vazio deixado pelo PSDB no eixo da disputa presidencial, se de um partido de direita com apoio da extrema-direita, para ocupar o lugar de Bolsonaro, inelegível. É o que explica suas declarações contraditórias. Sempre foi um político astuto, mas agora está em dilema que não consegue resolver. Eu diria que as duas figuras que ilustram o dilema de Kassab são o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

O governo Lula tem problemas, alguns bastante evidentes, e não se resumem a questões de comunicação. Mas suas maiores fragilidades estão no Congresso, onde é minoritário, em um plenário dominado por um grupo de partidos invertebrados, visão muito estreita, oportunistas e predadores do Orçamento público. Bancadas de tamanho mediano e faccionadas só formam maiorias oportunistas e instá-

veis. O presidente não tem como unir as facções partidárias em uma maioria coesa. Esse poder foi de Arthur Lira, quando presidente da Câmara, ainda no governo Bolsonaro. Com o orçamento secreto, ele passou a comandar essa maioria amorfa. A proibição do orçamento secreto pela então ministra do STF Rosa Weber, que teve o apoio do plenário, foi o gatilho que gerou a crise das emendas que ainda não se resolveu. A operação política, ainda sob comando de Arthur Lira, foi substituir o orçamento secreto, que permitia a distribuição de recursos públicos com zero transparência, pelo controle das emendas, tentando manter o máximo de discricionariedade e anonimato na sua alocação. O risco é abrir espaço para corrupção.

A reforma política pode melhorar a relação do governo com a sociedade organizada que o apoia e com os eleitores fiéis, muitos descontentes com o

desconforto econômico continuado. Mas é pequena a possibilidade de que melhore a chamada articulação política com o Legislativo. Isso dependerá de alguns fatores ainda incipientes. O principal deles é o grau de comando que os novos presidentes das Casas do Congresso, Hugo Motta e Davi Alcolumbre, terão sobre as bancadas. Alcolumbre já presidiu o Senado, tem agenda própria madura, é possível que consiga o mesmo poder de agenda que teve Rodrigo Pacheco. Hugo Motta é ainda uma incógnita, não se deve tomar sua votação recorde como parâmetro para a influência e o poder que exercerá. Ainda não é possível dizer se conseguirá ser tão poderoso como Arthur Lira, ou mais vulnerável às pressões do Centrão, do qual, como seu antecessor, é parte, e da oposição que concentra os apoiadores de Bolsonaro e a extrema-direita. Um mau sinal foram suas primeiras declarações negando a óbvia e demonstrada tentativa de golpe e sobre anistia aos golpistas. Deveria ler o relatório da Polícia Federal.